



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão	2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal
Processo N.	Apelação Cível do Juizado Especial 20130110832892ACJ
Apelante(s)	FIFA WORLD CUP BRAZIL ASSESSORIA LTDA.
Apelado(s)	JOSE URBANO DUARTE JUNIOR
Relator	Juiz FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE
Acórdão Nº	797.308

E M E N T A

CONSUMIDOR. DIREITO À INFORMAÇÃO ADEQUADA. SISTEMA DE SORTEIO POR SETORES. INFORMAÇÃO INSUFICIENTE E INADEQUADA.

1. Não oferece a segurança e informação adequada, e configura fato do serviço, o sistema de sorteio de cadeiras em estádio, por categorias subjetivamente e unilateralmente estabelecidas pelo fornecedor, que não permite a aferição, no momento da aquisição, da exata situação em que ficará situado o consumidor, cabendo a redução do valor pago àquele da situação efetivamente ocupada.

2. Recurso conhecido mas improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, a teor do art. 46 da Lei nº 9.099/95, servindo a súmula de julgamento de acórdão.

3. Isento de custas, que poderão ser devolvidas. Sem honorários eis que ausentes contrarrazões.



Código de Verificação:

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juizes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE - Relator, LIZANDRO GARCIA GOMES FILHO - Vogal, ANTÔNIO FERNANDES DA LUZ - Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ANTÔNIO FERNANDES DA LUZ, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 17 de junho de 2014

Documento Assinado Digitalmente

17/06/2014 - 09:29

Juiz FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Relator



Código de Verificação: FC2T.2014.KLPJ.98IZ.M5V8.JNO6

GABINETE DO JUIZ FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

RELATÓRIO

Dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

Afirma que o sistema de distribuição por categorias leva em consideração a posição nas arquibancadas e não os níveis das mesmas, que o fato consta da regulamentação de todos conhecida, havendo correta informação ao consumidor acerca de que o assento efetivo só seria conhecido posteriormente, inexistindo ilegalidade e prejuízo material de qualquer natureza postulando provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

Acrescento que inicialmente o recurso não foi recebido em razão da ausência de recolhimento de custas, afirmando a Recorrente ser isenta, depois do qual as recolheu, postulando repetição acaso provida reclamação acerca da questão.

Outrossim, o feito esteve suspenso aguardando decisão do STF acerca da constitucionalidade da isenção, que decidiu nesse sentido.

VOTOS

O Senhor Juiz FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE - Relator

Recurso apreciado segundo a sistemática do art. 46 da Lei nº 9.099/95, sentença mantida por seus próprios fundamentos, servindo a súmula de julgamento como acórdão.

O Senhor Juiz LIZANDRO GARCIA GOMES FILHO - Vogal



Código de Verificação: FC2T.2014.KLPJ.98IZ.M5V8.JNO6

Com o Relator.

O Senhor Juiz ANTÔNIO FERNANDES DA LUZ - Vogal

Com a Turma.

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME.

